



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros – Administração do Foro
Rua Presidente Arthur Bernardes, 123
Centro – Muriaé/MG – 36.880-005

CERTIDÃO

MARIA ANGÉLICA ALVES LEVATE DO AMARAL, Gerente de Secretaria, lotada na Secretaria da 1ª Vara Cível e na função de Secretária da Administração do Foro, desta Comarca de Muriaé, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc...

CERTIFICA, a requerimento de **INOVATEC SOLUCOES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 40.243.521/0001-94, que a distribuição e cadastro de todas as ações cíveis (inclusive Falências e Concordatas) são realizadas por meio do sistema (PJe) e em casos excepcionais, de acordo com a Portaria 411/PR/2015, são realizadas pelo setor da Distribuidora Judicial. **CERTIFICA** ainda, que os processos das esferas da Vara Criminal e Juizado Especial também são distribuídos pelo referido Setor, incluindo todas as precatórias cíveis enviadas pelas comarcas que não estão cadastradas no PJe. **CERTIFICA** também, que a Contadoria Judicial (Distribuição), está localizada no 2º andar do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, Comarca de Muriaé. **CERTIFICA** mais, que esta Comarca possui um Fórum Judicial, com 04 (quatro) Varas Cíveis, 01 (uma) Vara Criminal, 01 (uma) Vara de Execuções Criminais, da Infância e da Juventude e Cartas Precatórias Criminais e 01 (um) Juizado Especial Cível e Criminal. **CERTIFICA**, finalmente, que as certidões cíveis e criminais negativas são expedidas via internet (site: www.tjmg.jus.br), e as certidões positivas são requeridas na Secretaria responsável, em sistema de rodízio. É o que me cumpre certificar de acordo com o pedido feito. **DADA E PASSADA** nesta cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais, aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três. Eu, Gerente de Secretaria, a digitei, subscrevo e assino.

MARIA ANGÉLICA ALVES LEVATE DO AMARAL
Gerente de Secretaria – PJPI 9150-4

[Assinatura]
Maria Angélica A. Levate Amaral
Escritório Judicial

MANIFESTO

DATA: 30/03/2023

Os atos notariais eletrônicos reputam-se autênticos e detentores de fé pública, como previsto na legislação processual, Art. 16 do Provimento 100 do CNJ. O nome do responsável pelo ato, encontra-se nos termos verticais da referida autenticação.

Belo Horizonte, na data da assinatura digital supra.

SELO DE CONSULTA, ESCANEIE:

